



Anais da Assembléia

N° 90

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE JUNHO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO
1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG
2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA
1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO
2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA
3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE
4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL	Deputado ANTONIO COSTENARO NETO
PDT	Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT	Deputado ERNANI PUDELL
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST	Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Osmário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (*) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado. (04/92)

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1992

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Oswaldo Trevisan.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Djalma de Almeida Cesar, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Erondy Silvério, Eurides Moura, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colaço (43).
 Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Carlos Simões, Colombino Grassano, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, Luiz Antonio Setti, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Ovídio Constantino e Rossoni (11).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Em votação a Ata que acaba de ser lida.
Aprovada.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. EURIDES MOURA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Mesa defere e solicita do Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu retiro o pedido de verificação

de votação.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Retira-se o pedido de chamada nominal.
Está aprovada a Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o nº 66/92, do Senhor Desembargador Luís Renato Pedroso - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva alterar, a partir de 1º de junho de 1992, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos dos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, bem como, o salário do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho. **Ao Conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 1007/92

Curitiba, em 15 de junho de 1992.
 Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, Anteprojeto de Lei, que reajusta, nos meses de junho e julho de 1992, os níveis dos vencimentos dos funcionários ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência as expressões de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 27.06.92
 (a) RAFAEL IATAURO
 Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - As tabelas de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, pertencente ao Grupo Ocupacional II, e dos cargos efetivos correspondentes aos Grupos Ocupacionais III, IV e V e o Sub-Grupo Ocupacional, constantes do Anexo II, da Lei Estadual nº 9.436, de 09 de novembro de 1990, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, ficam reajustadas conforme o disposto abaixo:

- I - a partir de 1º de junho de 1992, na forma da tabela I que constitui o Anexo I desta lei;
- II - a partir de 1º de julho de 1992, na forma da tabela I que constitui o anexo II desta lei.

Art. 2º - As tabelas de vencimentos

dos cargos em comissão e das funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, ficam reajustadas conforme o disposto abaixo:

- I - a partir de 1º de junho de 1992, na forma das tabelas II, III e IV que constituem o Anexo I desta lei;
- II - a partir de 1º de julho de 1992, na forma das tabelas II, III e IV que constituem o Anexo II desta lei.

Art. 3º - O valor do salário-família, por dependente legal fica reajustado para Cr\$ 1.341,00 (hum mil, trezentos e quarenta e um cruzeiros), a partir de 1º de junho de 1992 e Cr\$ 1.609,00 (hum mil, seiscentos e nove cruzeiros) a partir de julho de 1992.

Art. 4º - Os valores das Gratificações de Representações de Gabinete ficam reajustados em 50% (cinquenta por cento) cuja implantação obedecerá ao seguinte escalonamento:

namento:

- I - a partir de 1º de junho de 1992, 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores vigentes em maio de 1992; e
- II - a partir de 1º de julho de 1992, 50% (cinquenta por cento) sobre os valores de maio de 1992.

Art. 5º - Fica fixado o valor único das gratificações de produtividade em Cr\$ 41.802,00 (quarenta e um mil, oitocentos e dois cruzeiros), a partir de 1º de junho de 1992 e em Cr\$ 50.162,00 (cinquenta mil, cento e sessenta e dois cruzeiros) a partir de julho de 1992.

Art. 6º - As despesas decorrentes desta lei, correrão à conta do Orçamento Próprio do Tribunal de Contas.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos no art. 1º, revogadas as disposições em contrário.

A N E X O I

Tabelas de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos, constantes do Anexo II, da Lei Estadual nº 9436, de 9 de novembro de 1990, bem como dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, a vigorar a partir de 1º de junho de 1992.

TABELA I - CARGOS EFETIVOS

NIV/REF	REFERÊNCIAS			
	I	II	III	IV
1	903.462,11	1.029.946,81	1.174.139,36	1.338.518,87
2	632.423,48	720.962,77	821.897,56	936.963,22
3	596.284,99	679.764,89	774.931,97	883.422,45
4	471.328,76	537.314,79	612.538,86	698.294,30
5	440.920,45	502.649,31	573.020,21	653.243,04
6	394.221,98	449.413,06	512.330,89	584.057,21
7	365.020,35	416.123,20	474.380,45	540.793,71
8	335.818,71	382.833,33	436.430,00	497.530,20
9	306.617,09	349.543,48	398.479,57	454.266,71
10	277.415,46	316.253,62	360.529,13	411.003,21
11	255.000,00	290.700,00	331.398,00	377.793,72

TABELA II - CARGOS EM COMISSÃO
SIMBOLOGIA "DAS"

SÍMBOLO DAS-1.....	1.017.137,49
DAS-2.....	931.736,67
DAS-3.....	858.824,51
DAS-4.....	759.666,70
DAS-5.....	684.384,28

ANEXO I

TABELA III - CARGOS EM COMISSÃO
SIMBOLOGIA "C"

SÍMBOLO 1-C.....	441.661,68
2-C.....	407.896,64
3-C.....	376.532,18

TABELA IV - FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO 1-F.....	25.828,88
2-F.....	21.925,99
3-F.....	19.334,64
4-F.....	15.519,89
5-F.....	14.183,67
6-F.....	11.578,22
7-F.....	8.990,39

A N E X O II

Tabelas de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos, constantes do Anexo II, da Lei Estadual nº 9436, de 9 de novembro de 1990, bem como dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, a vigorar a partir de 1º de julho de 1992.

TABELA I - CARGOS EFETIVOS

NIV/REF	REFERÊNCIAS			
	I	II	III	IV
1	1.084.154,54	1.235.936,18	1.408.967,25	1.606.222,67
2	758.908,17	865.155,31	986.277,05	1.124.255,84
3	715.541,99	815.717,87	929.918,37	1.060.106,94
4	565.595,87	644.779,29	735.048,39	837.955,16
5	529.104,54	603.179,18	687.624,27	783.891,67
6	473.066,37	539.295,66	614.797,05	700.868,64
7	438.024,42	499.347,84	569.256,54	648.952,46
8	402.982,46	459.400,00	523.716,00	597.036,24
9	367.940,51	419.452,18	478.175,49	545.120,06
10	332.898,56	379.504,36	432.634,97	493.203,87
11	306.000,00	348.840,00	397.677,60	453.352,46

TABELA II - CARGOS EM COMISSÃO
SIMBOLOGIA "DAS"

SÍMBOLO DAS-1.....	1.220.564,99
DAS-2.....	1.118.084,01
DAS-3.....	1.030.589,41
DAS-4.....	911.600,04
DAS-5.....	821.261,13

ANEXO II

TABELA III - CARGOS EM COMISSÃO
SIMBOLOGIA "C"

SÍMBOLO 1-C.....	529.994,01
2-C.....	489.475,97
3-C.....	451.838,61

TABELA IV - FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO 1-F.....	30.994,65
2-F.....	26.311,18
3-F.....	23.201,56
4-F.....	18.623,87
5-F.....	17.020,40
6-F.....	13.893,86
7-F.....	10.788,47

A Diretoria Legislativa.

OFÍCIO N° 437/92

Senhor Presidente.

Com a carregada agenda de compromissos assumidos na Região Noroeste do Estado, impossibilitado assim de presenciar e participar dos trabalhos legislativos em Plenário neste dia 17 de junho, tomo a liberdade de dirigir-me a Vossa Excelência para apresentar minha justificativa à ausência.

Na certeza de poder contar com a compreensão de Vossa Excelência, antecipo sinceros agradecimentos.

Sala das Sessões, em 17.06.92

(a) MARIO BEZERRA

OFÍCIO N° 1310/92

Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar a minha ausência na Sessão Ordinária do dia 17.06.92, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 17.06.92

(a) ROSSONI

Requerimentos:

REQUERIMENTOS N° 1023

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 185/92, que declara de Utilidade Pública a "Associação Paranaense de Portadores de Doenças Renais, Doadores Transplantados Renais - APARTRANS", com sede e foro nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17.06.92

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1027

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei n° 130/92 (Mensagem n° 34/92), de autoria do Poder Executivo, que estabelece normas legais pertinentes ao funcionamento de cantinas comerciais nas escolas de 1° e 2° graus da rede oficial de ensino, revogando expressamente a Lei n° 9.004, de 07 de junho de 1989, que versa sobre tal matéria.

Sala das Sessões, em 17.06.92

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1028

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei n° 156/92 (Mensagem n° 39/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.000.000.000,00, ao vigente orçamento da SEAD, visando atender despesas com a conclusão da obra que abrigará os Institutos de Criminalística e Médico Legal em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17.06.92

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1029

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei n° 157/92 (Mensagem n° 40/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 497.110.000,00 ao vigente orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, visando atender despesas com o pagamento de horas/aula nos cursos de pós-graduação, realização de palestras e remuneração de estagiários e monitores, construção de rede de esgoto e de tanques

de concreto armado, complementação de obras do setor de saúde e aquisição de parte dos equipamentos necessários nos laboratórios dos setores de Saúde e Exatas.

Sala das Sessões, em 17.06.92

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1030

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n° 159/92 (Mensagem n° 42/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 210.631.000,00, ao vigente orçamento da SUREHMA, visando atender despesas com exercícios anteriores, no que se refere à aquisição de material permanente.

Sala das Sessões, em 17.06.92

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1031

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei n° 158/92 (Mensagem n° 41/92), de autoria do Poder Executivo, que autoriza aquele a Poder doar à Fundação Caetano Munhoz da Rocha, transformada em autarquia pela Lei n° 9.663, de 16.11.91, os lotes de terrenos que especifica, no Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 17.06.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1032

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 168/92 (Mensagem n° 43/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 969.760.000,00 ao vigente orçamento próprio da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, visando atender despesas com manutenção da instituição, principalmente no que se refere à compra de insumos para a próxima safra de verão e recursos para outros investimentos agrícolas.

Sala das Sessões, em 17.06.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1033

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei n° 176/92 (Mensagem n° 44/92), de autoria do Poder Executivo, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 969.760.000,00 ao vigente orçamento próprio da Secretaria de Estado da Administração.

Sala das Sessões, em 17.06.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1034

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei n° 177/92 (Mensagem n° 45/92), de autoria do Poder Executivo, que objetiva a cessão de imóvel para a Associação Paranaense de Desenvolvimento do Potencial Humano.

Sala das Sessões, em 17.06.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1011

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo Artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em segunda discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 17.06.92.

(a) OSWALDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 1016

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos a Excelentíssima Senhora Maristela Requião, Presidente do PROVOPAR, pelo acerto e conclusão da Campanha do Agasalho 92, encerrada ontem, com absoluto sucesso.

Requer ourossim, que da decisão da Casa seja dada ciência a Sra. Maristela Requião, para que receba e transmita a todos os colaboradores da campanha, em nome do Poder Legislativo.

Sala das Sessões em 17.06.92.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O PROVOPAR, sob a presidência da Sra.

Maristela Requião, tem sido base sólida e ponto de apoio para os empreendimentos de filantropia com atendimento direto aos carentes, estando sempre pronto para ajudar, para colaborar, para salvar, a qualquer hora, seja para atender a um pequeno pedido até o socorro de maior gravidade como foi o caso da Campanha do Agasalho 92, que com um trabalho estafante foi encerrada ontem.

Considerando que a questão dos desabrigados com as enchentes e com os vendavais, é tanto governamental quanto social, a campanha serviu para chamar a sociedade paranaense para uma verdadeira cruzada em favor dessa gente. Foi nobre a iniciativa e nobre também os objetivos e propósitos para angariar donativos, mas não devemos todos nós ver apenas como mais uma contribuição. Devemos sentir a campanha como um chamamento e responder prontamente. Não somente com ajuda material, porém acima de tudo, com um permanente trabalho e dedicação para que a triste solução que nos é apresentada nessas ocasiões possa ser revertida. Devemos não apenas elogiar a campanha, mas a ela aderirmos e contribuirmos - cada um - com a sua parte.

Dona Maristela, com sua equipe de trabalho, com a Defesa Civil, com o BANESTADO, com a Polícia Militar e outros colaboradores, segue realmente o que Cristo, nosso Mestre, nos ensinou: "O que fizerdes ao necessitado, é a mim que o terás feito".

REQUERIMENTO N° 1019

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, Votos de Congratulações ao Jornal FOLHA DA IMPRENSA, pelos dez meses de circulação ininterrupta no Estado do Paraná.

A primeira edição da Folha da Imprensa circulou no dia 15 de agosto de 1991, com a manchete de primeira página noticiando a liberação de cruzados novos retidos pelo Banco Central. Aquela primeira edição foi também um marco na disposição inovadora do jornal de trazer para o nosso Estado um "novo modo" de fazer imprensa, como nos outros grandes centros nacionais.

A Folha da Imprensa, único jornal vespertino do nosso Estado e além de veicular notícias publicadas por outros jornais, pela manhã, antecipa o que será notícia no próximo dia. A Folha já nasceu à frente e é essa disposição inovadora que lhe garantiu o crédito e o respeito da nossa população.

Tendo como diretor o dinâmico jornalista e empresário Alcy Ramalho Filho, a Folha de Imprensa conta com um precioso conselho editorial: Marco Antonio Monteiro

da Silva, Edisson Elleri Faust, Abílio Abreu Neto, Rubens Bueno, Ary Laurindo, Carlos Danilo Costa Cortes, Layr Ferreira e Paulo Ari Gaio, além, naturalmente, do diretor daquele conceituado veículo de informação.

Dos dez primeiros meses de circulação da Folha e da linha editorial escolhida e perseguida por ela o que se pode depreender é a coragem de um jornal novo para exercer a função latente à imprensa de fiscalizar e denunciar irregularidades sobretudo na administração pública.

Por que a Assembleia Legislativa deve se congratular com a Folha? Simples adulação? Cordialidade protocolar?

Não. Absolutamente não.

A Assembleia, como instituição do Poder Público deve manifestar-se em congratulações ao trabalho da Folha da Imprensa porque ele é correlato e auxiliar ao seu próprio trabalho. Presta a Folha da Imprensa inestimável serviço ao Paraná quando auxiliar a Assembleia Legislativa no trabalho investigador e fiscalizador da administração pública. Veja-se pelas folhas daquele jornal que, primando pela imparcialidade e correção, não retocam e não amenizam denúncias e suspeitas de má condução dos negócios públicos.

Por outro lado, também as seções não diretamente associadas à política, na Folha da Imprensa, são carregadas de informações e análises de importância para os paranaenses que buscam a atualização permanente.

Os dez meses da Folha mostram que o projeto exibido na glamourosa noite de 25 de junho de 1991, nos salões do Graciosa Country Club, já deu certo. A Folha tem padrões de excelência e busca, em breve, a realização de outros projetos que culminarão numa maior qualidade em benefício do leitor paranaense.

Por estas razões, como congratulações pelos esforços e dedicação que resultaram no grande conceito que a Folha desfruta junto à sociedade do Paraná, e como votos sinceros de êxito na promissora existência daquele jornal, requeremos à Assembleia Legislativa manifestação a todos os envolvidos na redação, administração e publicação da FI.

Sala das Sessões, em 17.06.92.

(a) ALGACI TÓLIO

REQUERIMENTO N° 1035

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção na Ata de trabalhos de hoje desta Assembleia Legislativa, Votos de Louvor ao Senhor NELSON F. BARRETO, sargento da Polícia Rodoviária do Estado do Paraná, pelo

lançamento nacional do livro didático de sua autoria denominado "Tiradentes, Alferes Xavier", em homenagem ao Protomartir da Independência do Brasil e Patrono Cívico da Nação Brasileira, Joaquim José da Silva Xavier, ocorrido em Ponta Grossa, nas dependências do Clube Pontagrossense, constituindo-se na única biografia daquele herói brasileiro, o único sem túmulo do Brasil.

Sala das Sessões, em 17.06.92.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A abnegação deste cidadão que, durante quase vinte exaustivos anos pesquisou profundamente a vida de Tiradentes, viajando a todos os rincões por onde passou o Mártir da Independência, resultou numa obra sem precedentes e única, em sua espécie no País.

Nelson F. Barreto, movido pelo mais puro espírito patriótico e nativista, dispendeu assim boa parcela de sua vida, sem que desse trabalho resultassem vantagens pessoais, tampouco financeiras. Seu desejo era único. Seu objetivo foi conceber uma obra didática que revelasse lados obscuros e desconhecidos dos brasileiros em geral. Uma obra que, sem dúvida, proporcionará aos estudiosos, e estudantes em geral, conhecimentos profundos a respeito de Tiradentes, indo muito além daquilo que, do Mártir da Independência e Patrono Cívico da Nação Brasileira, aprendemos nos bancos escolares.

Um trabalho que merece respeito e reconhecimento da Nação é o que buscamos enaltecer na propositura em tela, a que solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta Colenda Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 1010

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados expedientes ao Presidente da PETROBRAS e Diretor do Departamento Nacional do Combustível, sugerindo-lhes a unificação do preço do gás para uso doméstico, conhecido como gás de cozinha cobrado atualmente em valores diferentes para botijões de 13 kg e 45 kg, respectivamente, pelo menor preço.

Sala das Sessões, em 17.06.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

Verificando o preço do gás para uso doméstico, constatamos que o botijão de 13 kg, varia de CR\$ 10.450,00 até CR\$ 11.700,00, enquanto que o botijão de 45 kg custa de CR\$ 70.189,20 até CR\$ 72.455,00.

Parece-nos injustificável a diferença de preço, pois, o mesmo gás, conforme o tipo de botijão em que é vendido, de apro-

ximadamente CR\$ 900,00 por quilograma, passa a CR\$ 1.610,00, com um acréscimo perto de 80% (oitenta por cento), ao consumidor.

Assim, quem usa o gás em apartamento, paga pelo combustível o mesmo preço cobrado às indústrias.

Poderia ser adotada uma identificação para o recipiente do gás de uso doméstico, e penalidades para eventuais desvios, pois, a situação atual é bastante injusta e tanto deve, como pode ser corrigida.

REQUERIMENTO N° 1012

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o insigne Plenário REQUER o envio de expediente oficial à COPEL- Companhia Paranaense de Energia Elétrica, solicitando que seja efetivado estudo de viabilidade e se possível seja implantado um sistema especial de cobranças de taxas e de outros serviços aos consumidores de baixa renda econômica.

Sala das Sessões, em 17.06.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

A SANEPAR já concede aos seus usuários, descontos especiais aos seus consumidores de baixa renda e consumo mínimo.

Desnecessário maiores comentários a respeito do assunto, já que todos nós temos conhecimento da aflitiva situação financeira de grande parte da população paranaense, por essa razão igual benefício poderia ser estendido aos usuários da COPEL, objetivando assim atenuar um pouco o bolso do sofrido consumidor de baixa renda.

REQUERIMENTO N° 1013

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário, REQUER envio de expediente oficial ao Presidente da Central de Medicamentos do Ministério da Saúde, Senhor José Tinoco Machado de Albuquerque, com cópia para a bancada Paranaense no Congresso Nacional, solicitando a urgente normalização na distribuição de medicamentos aos pacientes que sofrem de hanseníase, tuberculose, epilepsia, mal de Parkinson, leishmaniose, além de medicamentos básicos de uso contínuo, necessário e presente com maior intensidade na população carente.

Sala das Sessões, em 17.06.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

A distribuição de medicamentos básicos é fundamental e essencial para a população de baixo poder aquisitivo, e inadmissível que o Estado não tome conhecimento de tais necessidades.

1. Prestar assistência na manutenção de saúde da população.
2. Prevenir o agravamento de pequenos males, causando internamentos hospitalares, conseqüentemente gerando maior ônus ao Estado.

Diante destes fatos, considerando ainda que o País atravessa uma forte recessão, não se pode admitir que a saúde da população seja relegada a um plano secundário, pois isto vem colaborar ainda mais com o agravamento da situação crítica que atravessamos.

REQUERIMENTO N° 1014

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, Elias Abrahão, solicitando a reimplantação do curso supletivo de 2° grau em Cianorte.

Sala das Sessões, em 17.06.92.

(a) DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista o grande número de pessoas interessadas, inclusive de Municípios vizinhos, conforme lista em anexo, pessoas essas que vêm reivindicando, através do Núcleo Regional da Educação de Cianorte, o início do referido curso.

Tal iniciativa vem de encontro às aspirações de toda uma comunidade, uma vez que Cianorte já possuiu, em anos passados, o Curso Supletivo, o que beneficiava grande parcela de população de toda região, principalmente aqueles que necessitam trabalhar para o sustento ou contribuição ao orçamento familiar, bem como aqueles que residem e trabalham na zona rural e esperam uma oportunidade para poderem estudar.

REQUERIMENTO N° 1015

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Luiz Renato Pedroso, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consubstanciado em solicitação de autoridades e membros da sociedade local interessada para que através da Comissão Permanente de Organização e Divisão Judiciárias, seja criada a Comarca de Verê, no município de Verê, criada pela Lei Estadual n° 4730, de 24 de junho de 1963, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Sede Progresso, município de Verê e Itapejara do Oeste (Município do mesmo nome).

Sala das Sessões, em 17.06.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A solicitação ora encaminhada a S. Excelência Desembargador Luiz Renato Pedroso, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, procura atender aos anseios da população do município de Verê, autoridades constituídas e aos seus segmentos produtivos e prestadores de serviços e, ao lado disso, a uma realidade social e econômica que há muito tempo justifica a elaboração dos estudos e a aprovação dessa matéria.

Com efeito, há que se observar a atual realidade jurisdicional da área proposta para compor a pleiteada Comarca de Verê.

Os municípios de Verê e de Itapejara do Oeste estão distantes da atual Sede de Comarca - da qual se pretende desmembrá-los, cerca de 53 e 38 km, respectivamente. Qualquer assunto do âmbito judicial exige que os interessados se desloquem por tais distâncias criando, certamente, crescentes dificuldades - especialmente com relação a tempo gasto.

Isso não bastasse, não que se Tevar em conta as dificuldades que embaraçam as diligências dos Oficiais de Justiça da Comarca, o que representa, além do mais, maiores encargos e gastos para as partes interessadas.

Leve-se em conta, também, as implicações da situação atual para o cidadão comum da área interessada, freqüentemente necessitado de utilizar-se dos serviços dos cartórios das Varas Cível e Criminal, Eleitoral, Protestos e dos Registros de Títulos e Documentos e Registro Geral de Imóveis.

Essa argumentação consubstanciou a proposição autuada como projeto de lei n° 323/88, de 15 de junho de 1988, encaminhada pelo Ilustre Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado e a sua Excelência o Governador do Paraná e que não prosperou para alcançar a necessária sanção, a qual, esperamos, possa materializar-se na presente oportunidade.

REQUERIMENTO N° 1017

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente dirigido ao Exmo. Senhor Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, propondo a criação e instalação da Comarca de RIO AZUL.

Emancipada política e administrativa-mente em 1.914, Rio Azul traz no seu processo histórico de ocupação, um pioneirismo destacado na Região Sul, do Paraná. Destemidos altivos e com uma grande vontade de superar os desafios, venceram as grandes adversidades na inhospita terra.

Dos seculares pinheirais, fizeram da atividade madeireira a sua base econômica, seguida, nos decênios subseqüentes, pela erva-mate.

Nos dias de hoje, impulsionada por moderna agricultura em que se destaca a soja, o milho, o feijão e o fumo; e também pela pecuária de corte e de leite, além de eqüinos e aves. Rio Azul possui uma população estimada em 12.500 habitantes.

Em que pese os inegáveis esforços e as incontáveis conquistas nesses 77 anos de história, algumas metas necessitam se concretizar, entre as quais a implantação da Comarca.

Distante a 18 quilômetros de Rebouças, são muitos os transtornos enfrentados para, diariamente, percorrer tal trajeto, em face de tantos outros compromissos. Ademais, especialmente às populações de menor poder aquisitivo, as dificuldades são tantas vezes intransponíveis, e se constituíram num sério obstáculo à Justiça.

Pelas razões aqui aduzidas, e com fundamento no princípio de que a Justiça tem que estar muito mais perto da sociedade para que se garanta justiça a todos, entendemos ser esta reivindicação oportuna, além do que virá atender aquela laboriosa e hospitaleira comunidade de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 17.06.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1018

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, sugerindo a criação da Comarca de INÁCIO MARTINS.

Inácio Martins adquiriu a sua autonomia político-administrativa em 1.960. Entretanto, a ocupação daquela região ocorreu muito tempo antes, cujo processo de colonização superou inúmeras dificuldades, tendo em vista às naturais adversidades decorrentes do desbravamento. Barreiras foram transpostas e um vigoroso progresso vem paulatinamente ocorrendo, calcado no beneficiamento da madeira, no cultivo da erva-mate e nas últimas décadas por uma diversificada agropecuária, privilegiada pelas excelentes condições de solo e favorecida pelas condições climáticas.

Com uma população estimada atualmente em quinze mil habitantes, fora de qualquer dúvida, são muitas as conquistas concretizadas graças à tenacidade e profunda dedicação do seu povo. Porém, mesmo diante de inúmeros avanços, há a real necessidade de novos benefícios, compatíveis com as aspirações do Município.

Nesta linha de colocações, se ressalta

à criação e instalação de uma Comarca, que notadamente levará o Poder Judiciário muito mais perto daqueles que realmente necessitam. Nos dias de hoje, Inácio Martins, pertencente à Comarca do Município de Irati, tem aqueles Munícipes enfrentado enormes dificuldades no deslocamento diário à Comarca, tendo que perfazer 55 quilômetros, quando do efetivo amparo Estatal.

Seguramente, a criação da antedita Comarca, vem ao encontro dos mais elevados propósitos do Poder Judiciário, objetivando tornar a Justiça ágil e descentralizada.

Sala das Sessões, em 17.06.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1024

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Heitor Wallace de Mello e Silva, Diretor Presidente do BANESTADO - Banco do Estado do Paraná, solicitando a dilatação do prazo de atendimento ao público que atualmente é das 10:00 às 13:00 horas, no entreposto de Ventania, no município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 17.06.92.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 1036

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a S.Excelência Desembargador LUIZ RENATO PEDROSO, ilustre Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando que seja criada a 2ª VARA CRIMINAL, na Comarca de Francisco Beltrão, consubstanciada no estudo procedido pela Comissão Permanente de Organização e Divisão Judiciárias.

Sala das Sessões, em 17.06.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Esta respeitosa solicitação pretende seja encaminhada ao ilustre Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador LUIZ RENATO PEDROSO, justa e ponderada reivindicação da Comarca de Francisco Beltrão, em favor da criação de mais uma Vara em sua presente organização judiciária.

Com o crescimento de sua área de abrangência e do número de processos em tramitação, a divisão atual ficou sobrecarregada justificando a urgência da criação da 2ª Vara Criminal ora solicitada.

Essa providência canalizaria melhor os processos encaminhados à tramitação naquela Comarca e contribuiria para diminuir - ou

até eliminar - a sobrecarga ora existente.

Considerando, mais, que as providências facilitarão o trânsito das partes peticionárias - diminuindo o tempo de espera, o pedido está plenamente justificado, esperando-se que prospere até os ritos da sanção.

REQUERIMENTO N° 1026

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, todos integrantes da bancada do Partido Democrático Trabalhista - PDT, de conformidade com o que prescreve o art. 132, § 3°, inciso II, do Regimento Interno, vêm à presença de Vossa Excelência REQUERER que, após ouvido o Plenário, seja determinada a inserção nos Anais da Casa do inteiro teor do artigo intitulado "DE PLÁCIDO E SILVA - CENTENÁRIO DE NASCIMENTO", de autoria de Nelson Faria Lins D' Albuquerque Jr., publicado no jornal "Gazeta do Povo", edição do dia 16 de junho do corrente, página 34ª.

As razões determinadas deste pedido dispensam justificativa, mesmo porque este Parlamento não poderá deixar de registrar o centenário de nascimento de um homem que se constitui em verdadeiro patrimônio histórico do Paraná.

OSCAR JOSEPH DE PLÁCIDO E SILVA nasceu na cidade de Deodoro, Estado de Alagoas, em 18 de junho de 1892, filho de Senhorinha Plácido e Francisco Manoel da Silva.

Chegou em Curitiba no ano de 1912, quando contava com apenas vinte anos de idade, e, a partir daquela época, destacou-se com um dos mais proeminentes construtores da consciência paranista.

Foi o primeiro estudante universitário do Brasil, no momento em que se matriculou no curso de Direito da recém inaugurada Universidade do Paraná, também a primeira do Brasil.

Professor emérito, jornalista atuante, fundador de escolas e faculdades, semeador de cultura foi um dos maiores doutrinadores do direito, além de contista e romancista de sucesso.

Por tudo isso queremos homenagear De Plácido e Silva, esperamos integral apoio de todos os Senhores que integram este douto Plenário, requerendo também que especial menção seja feita ao emérito Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS, neto do homenageado e que honra este Legislativo como sendo um dos seus mais atuantes e destacados membros.

Sala das Sessões, em 17.06.92.

(aa) RAFAEL GRECA DE MACEDO;

EMILIA BELINATI;

ALGACI TÚLIO;

ALBINO CORAZZA;

CEZAR SILVESTRI e

PAULO MAIA

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 190/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CALIFÓRNIA", com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.06.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição objetiva declarar de utilidade pública estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Califórnia.

Em funcionamento há aproximadamente três anos, a entidade tem prestado inúmeros e relevantes serviços à comunidade local através de abrangentes serviços no campo da assistência social, bem como nas demais atividades previstas nos seus estatutos.

É importante salientar que a mesma não remunera os membros de sua direção e, atende ainda, às demais exigências da lei reguladora das declarações de utilidade pública, conforme documentação anexa.

As carências econômicas naturais de um país de terceiro mundo concorrem, de forma preponderante, para que entidades como as Associações de Pais e Amigos de Excepcionais sejam obrigadas a recorrer a procedimentos de declaração de utilidade pública, auferindo benefícios que lhes possibilitem o prosseguimento de suas atividades.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Alceu Swarowski.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)

Queria pedir permissão a esta Casa, pois terei que me ausentar desta Sessão, porque viajo nesse momento à cidade de Londrina onde pretendo agora à noite realizar um grande encontro do meu Partido Político.

Como sou assíduo desta Casa, gostaria de pedir a permissão de Vossa Excelência e do Deputado João Arruda, porque hoje à noite nós nos reunimos para fazermos uma coligação com o PDT, em Londrina.

Éra nosso sonho fazermos uma coligação com o Deputado José Tavares, mas já que ele não disputa as eleições municipais, então nós vamos marchar com o PDT - em Londrina, numa grande frente de oposição para conseguirmos ganhar as eleições muni-

cipais deste ano.

Então pediria a Vossa Excelência a permissão para que eu me ausente desta Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Vossa Excelência já teria a permissão e reforça mais ainda porque a coligação é com o PDT.

Uma boa viagem e sucesso lá.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Imprensa falada, escrita e televisionada, funcionários desta Casa.

Assumimos hoje esta tribuna para convidar os integrantes da Mesa e todos os Parlamentares desta Casa, para a continuidade do Fórum de Debates a respeito do momentoso tema da Previdência Social e o Fundo da Previdência, quando participarão - mais uma vez, agora dia 26 das 9 às 12 horas, portanto na próxima sexta-feira - neste mesmo recinto, todos os representantes dos Sindicatos dos Servidores do Estado do Paraná, para trazerem a sua contribuição; a sua experiência e, conosco - principalmente com o Relator, Deputado Oswaldo Trevisan, da C.C.J. - apreciarmos também o substitutivo já elaborado por ele.

Portanto, sexta-feira, fica aqui o convite para prestigiarmos todos os líderes sindicais para discutirmos, de perto, a Previdência Social.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Mais uma vez com tristeza, queremos registrar nesta Casa, através de seus anais, o pouco caso, ocasionando até a desesperança no Governo Federal. Registramos ao lado da Imprensa deste País, a calamidade das enchentes, que assolou diversos municípios paranaenses, catarinenses e de diferentes Estados da Federação.

Pasmem, Senhores Deputados, que o Governo Federal, por insistência do Governo Estadual, dos Prefeitos atingidos pelas últimas enchentes, veio aqui representando Sua Excelência o Presidente da República o Ministro da Ação Social - Fiuza, e, juntamente conosco e com o Governador do Estado, recebeu todo o dossiê trágico dos efeitos daquelas enchentes.

Quando o Governador Requião já objetiva e praticamente entrega ao Governo Federal as reivindicações básicas dos flagelados e, de pronto, faz a dilação de prazo para o recolhimento do ICMS de todos os empresários atingidos pela calamidade e também a anistia das tarifas de água e luz dos flagelados, Sua Excelência Ministro Fiuza nada de objetivo trouxe, e, agora passados 20 dias, ainda nenhum centavo sequer do Governo Federal distribuiu para os flagelados o que não ocorrera em 83 quando

as enchentes foram no mesmo nível, catástrofias, e até o Governo da revolução e o Governo do Paraná unidos foram ao encontro dos flagelados da sorte e carregaram todos os recursos disponíveis para atendimento daquela calamidade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós somos "Leibnitziano" quando afirmamos que Deus nos fez homens imperfeitos porque se quisesse fazê-los perfeitos teria feito perfeita a sua própria criatura. Nós vivemos no melhor dos mundos possíveis, mas não podemos lutar contra o imponderável.

Dizia-se que as enchentes de 83, centenárias, porque no fim do século passado tivemos outra quase igual e os técnicos num trabalho estatístico previam uma nova enchente só daqui a 50 ou 100 anos. E o imponderável se fez presente. Com menos de 10 anos tivemos a repetição daquela calamidade. Foi um verdadeiro dilúvio. Almirante Tamandaré teve um vendaval e tivemos a repetição de um dilúvio fazendo com que as águas do Rio Negro entrassem cidade adentro e dizimassem centenas e centenas de casas que foram de roldão, água abaixo.

E o que que fez o Governo Federal até hoje? Nem a liberação do Fundo de Garantia, como ocorrera em 83, para dar a sua cota mínima, para soerguimento das famílias mais necessitadas.

E vem Sua Excelência Ministro da Ação Social aqui quando esperávamos a multiplicação de pães, veio com a sua presença física, fazendo a multiplicação da descrença e da desesperança.

Que Governo é esse Senhores Deputados que se esquece do homem e da família brasileira?

Queira Deus de uma vez por todas Senhores Deputados que o Senhor Presidente da República desperte, acorde e cobre resultados nos seus escalões de Governo. Reabra urgentemente as agências do Banco do Brasil como denunciou aqui o Toti Colaço e nós, anteriormente, fizemos nas nossas reuniões. Quitandinha que construiu uma sede suntuosa do Banco do Brasil, três meses após, uma penada dos tecnoburocratas de Brasília, da cúpula do Banco do Brasil, sem a audiência dos gerentes das demais agências ligadas diretamente ao problema, simplesmente extinguem aquelas agências.

Entra o dinheiro pela porta da frente do erário público federal e sai pelas janelas, no dia seguinte!

Rio Negro, Senhores Deputados, já vitimado em 83, pela calamidade das enchentes, onde mais de 5.500 pessoas ficaram ao desabrigo. Agora, com todo o trabalho de relocação, de um planejamento onde o Governo Municipal, Estadual e Federal, todas as forças vivas daquela comunidade, setor empresarial, trabalhadores, todos, num verdadeiro mutirão de solidariedade huma-

na, se reconstruiu, enfrentou a adversidade, se levantou, se colocou de pé, e hoje, já é a 14.^a Economia dentro do Estado paranaense. Em janeiro, fevereiro e março estava na 15.^a posição, no recolhimento do ICMS, hoje à frente de Apucarana e de tantos municípios bem maiores, em população e extensão territorial.

Hoje deslança como 14.^o em arrecadação de ICMS. Carreando para os cofres estaduais, mensalmente, perto de 1 bilhão e 500 milhões de cruzeiros, numa população restrita de apenas 26.000 habitantes. Portanto, é uma colméia de trabalho, feito esta colméia e este trabalho de amor, de fé e de confiança no futuro, porque lá todos se dão as mãos! Mas quando aquela população flagelada necessita de um apoio mínimo, do Governo Federal, não pedindo mercê, como diria o Padre Antônio Vieira, mas apenas justiça, o Governo se esquece, não só de Rio Negro, não só de União de Vitória, não só de S. Mateus do Sul e de tantas comunidades flageladas, mas esquece principalmente do Paraná, que é parte do Brasil, numa odiosa discriminação contra o Paraná!

Como já ocorrera até em 83, Senhores Deputados, quando o Governo Federal montou o seu quartel general em Santa Catarina, por influência do Amin, que era Governador. E hoje, talvez, porque tem lá junto a si, Jorge Bornhauser, está também montando o seu quartel general em Santa Catarina. E lá, sim, já vieram os recursos do Governo Federal, cada município recebeu mais de 460 milhões, inicialmente! E o Paraná nenhum centavo!

Basta de discriminação, Senhores Deputados!

Risque-se também, definitivamente, do vocabulário dos intelectuais deste Estado, a expressão "timidez paranaense"!

É este o nosso protesto, o nosso repúdio, Senhores Deputados, Senhor Presidente!

Queira Deus, que ilumine também o Presidente da República e seus Ministros, dando-lhe a luz, a graça e a fortaleza, para que todos despertem e pensem em termos de Brasil, com o Paraná também no coração, porque o Paraná também é de todos os brasileiros.

Concedo o aparte ao Deputado José Tavares.

O Sr. José Tavares - Deputado Alceu Swarowski, apenas para me somar às suas preocupações e ponderações justíssimas e dizer que semana que vem esta Casa representada pelos Deputados João Arruda, Nelson Justus e este Deputado que vos fala, vai a Brasília para se somar aos esforços da Bancada Federal do Paraná, junto ao Governo da União, no que diz respeito à luta

pela não retenção do FPM dos Municípios brasileiros.

E nesta oportunidade, eu quero me comprometer com Vossa Excelência, eu vou ter um encontro com o Ministro Fiúza, que é meu particular amigo, nós fomos colegas, na Câmara durante oito anos e convivemos em comissões, as mais variadas, durante muito tempo, inclusive na Assembleia Nacional Constituinte, ele era Relator de uma Comissão que eu presidia, eu vou cobrar de Sua Excelência, o Ministro Fiúza, as providências que ele anunciou aqui no nosso Estado num encontro no Palácio Iguaçu, que Vossa Excelência inclusive estava presente.

Eu julguei ser do meu dever fazer este aparte a Vossa Excelência porque eu me somo, eu diria até à sua indignação por esse descaso com que o Governo Federal vem tratando o Paraná. É lamentável que isto aconteça, situações de calamidade, situações de emergência como esta, sobre tudo na sua cidade Rio Negro, para ficarmos apenas em um Município, não pode de forma alguma exigir tratamento diferenciado.

Eu me comprometo com Vossa Excelência de levar ao Ministro Fiúza o seu pronunciamento e dizer a ele que nós aqui do Paraná, os Deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, estão aguardando que os compromissos por ele assumidos aqui no Palácio sejam urgentemente cumpridos.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Muito obrigado a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No final da última semana, percorrendo alguns Municípios da microrregião sete, microrregião de Rolândia, falando com várias lideranças políticas daquela região e ouvindo a população, ouvimos também vários e muitos elogios ao Governo do Estado do Paraná no que se refere a medida tomada em benefício ao fornecimento de água pela SANEPAR.

Vários colegas Deputados, usando esta tribuna, fizeram menção a este fato, fato realmente aplausível porque beneficia a população de baixa renda, beneficia aquelas pessoas que de fato, no momento que reina o desemprego, que reina a dificuldade, encontram um amparo, embora que modesto, mas louvável.

É nesse sentido que estamos encaminhando um Requerimento à apreciação da Mesa e dos Srs. Deputados pedindo ao Governo do Estado que determine à COPEL que também dê este benefício aos usuários da COPEL,

aquelas pessoas de baixa renda, os assalariados, aqueles que neste momento sem dúvida nenhuma atravessam dificuldades enormes em função da recessão brutal, em função da carístia reinante, que de forma nenhuma os salários acompanham a inflação.

O Requerimento tem os seguintes dizeres (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o insigne Plenário, Requer o envio de expediente oficial a COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, solicitando que seja efetivado estudo de viabilidade e se possível seja implantado um sistema especial de cobranças de taxas e de outros serviços aos consumidores de baixa renda econômica.

JUSTIFICATIVA:

A SANEPAR já concede aos seus usuários, descontos especiais aos seus consumidores de baixa renda e consumo mínimo.

Desnecessário maiores comentários a respeito do assunto, já que todos nós temos conhecimento da aflitiva situação financeira de grande parte da população paranaense, por essa razão igual benefício poderia ser estendido aos usuários da COPEL, objetivando assim atenuar um pouco o bolso do sofrido consumidor de baixa renda".

Estamos encaminhando um outro requerimento à Mesa, à apreciação dos Srs. Deputados, com os seguintes dizeres (Lê):

"Senhor Presidente,

O Deputado que a presente subscreve no uso de suas atribuições, após ouvido o plenário, Requer envio de expediente oficial ao Presidente da Central de Medicamentos do Ministério da Saúde, Sr. José Tinoco Machado de Albuquerque, com cópia para a bancada Paranaense no Congresso Nacional, solicitando a urgente normalização na distribuição de medicamentos aos pacientes que sofrem de Hanseníase, Tuberculose, Epilepsia, Mal de Parkinson, Leishmaniose, além de medicamentos básicos de uso contínuo, necessário e presente com maior intensidade na população carente.

Sala das Sessões, em 17.06.92.

JUSTIFICATIVA:

A distribuição de medicamentos básicos é fundamental e essencial para a população de baixo poder aquisitivo, e inadmissível que o estado não tome conhecimento de tais necessidades.

- 1 - Prestar assistência na manutenção de saúde da população.
- 2 - Prevenir o agravamento de pequenos males, causando internamentos hospitalares, consequentemente gerando maior

ônus ao estado.

Diante destes fatos, considerando ainda que o País atravessa uma forte recessão, não se pode admitir que a saúde da população seja relegada a um plano secundário, pois isto vem colaborar ainda mais com o agravamento da situação crítica que atravessamos".

Muito obrigado Sr. Presidente.

Muito obrigado Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Tulio) - Encerrado o Pequeno Expediente.

Não há oradores inscritos no Grande Expediente.

Passamos ao horário das Lideranças.

PRN.

(Declina).

PMDB.

(Declina).

PTB.

(Declina).

PT.

(Declina).

PL.

(Declina).

PDT.

(Declina).

PST.

(Declina).

PFL.

(Declina).

Transfiro a Presidência ao Deputado Anibal Khury.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Of. n° 1007/92 do Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando o anteprojeto de lei que reajusta nos meses de junho e julho de 1992, os níveis dos vencimentos dos funcionários ativos e inativos daquele Tribunal.- A Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, comunicando sua ausência no dia 17 de junho do corrente, dos trabalhos legislativos em Plenário, em virtude de compromissos assumidos na Região Noroeste do Estado.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Rossoni, constante do expediente, comunicando sua ausência em sessão plenária do dia 17 de junho do corrente, em virtude de compromissos inadiáveis em sua região.- A

Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.**
A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 136/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 020/92, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração dos Orçamentos do Estado relativo ao exercício financeiro de 1993. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O..

A Mesa estará recebendo emendas até o dia 22 do corrente mês ao Projeto de Lei 136/92: Diretrizes para elaboração do Orçamento.

Deixo de submetê-lo a votos porque a Mesa determinou que o prazo de emendas encerra-se no dia 22.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 141/91, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 35/92, que aprova crédito suplementar de Cr\$ 6.276.343.000,00 (seis bilhões, duzentos e setenta e seis milhões, trezentos e quarenta e três mil cruzeiros), alterando os vigentes orçamentos próprios da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, Colégio Estadual do Paraná, Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE e o Departamento de Trânsito - DETRAN. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F e C.O.. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 182/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 48/92, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela C.L.T., da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo e o soldo dos integrantes da Polícia Militar, ficam reajustados conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 88 de 16.06.92, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 182/92

PARECER:

Somos de PARECER FAVORÁVEL, à sua apreciação em plenário vez em que não há qualquer obstáculo de natureza constitucional.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente;
NELSON JUSTUS - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 182/92

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 48/92, tem por finalidade dispor que os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela C.L.T., da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo e o soldo dos integrantes da Polícia Militar, ficam reajustados conforme específica.

Sobre a matéria houve o pronunciamento FAVORÁVEL da dita Comissão de Constituição e Justiça.

Motivo de apreciação por esta Comissão, entendemos que nada existe que impeça a tramitação da matéria.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando pela aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI
Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar a votação com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem na Comissão de Constituição e Justiça nós demos aprovação a este projeto, ao parecer que naquele momento representava, de fato, ao nosso ver, uma preocupação referente ao reajuste dos funcionários públicos do Estado do Paraná. Tanto é que no verso, na contracapa do referido projeto os Srs. Deputados podem observar que foi inclusive feito um parecer à mão, pelo relator, a fim de que pudessemos agilizar a mensagem que tratava do reajuste dos funcionários públicos do Estado do Paraná.

Tomando conhecimento, posteriormente, da realidade do que diz a referida mensagem estamos vendo que diversas tabelas de vencimento dos funcionários públicos ficam abaixo do salário-mínimo. E para nossa surpresa, e nós cremos que por aí se caracteriza que de fato a confiança foi traída, e com certeza aqui estou falando em nome da Deputada Emília Belinati, no nome do Deputado Cezar Silvestri, Albino Corazza e Algaci Túlio que representados naquela Comissão através da pessoa do Deputado que vos fala e da Deputada Emília

Belinati do PDT, nós nos sentimos traídos porque jamais íamos assinar algo que nas suas entrelinhas trouxesse um dispositivo além de vergonhoso, anticonstitucional, porque quando o Governo perdeu o recurso no Tribunal para ter acesso às Universidades mesmo após a sua autarquização, ele procura no artigo 12 do Projeto de Lei 182, do qual estamos nos reportando, no artigo 12 maldosamente se embute dentro do referido Projeto alteração da Lei 8 485 que diz: "Lei 8.485 de 3 de junho de 1987: o sistema dos recursos humanos aqui instituído terá expressão e consequências funcionais mediante a adoção sem prejuízos de direitos líquidos e certos de funcionários das seguintes diretrizes executivas. Inciso terceiro - centralização da admissão contratação, lotação e pagamento de pessoal na Secretaria de Estado da Administração e sua locação as Secretarias adiante atribuição, imbuído neste trecho o governo do Estado, as Autarquias procurando pegar para si todas as decisões em termos de administração.

Nós temos a Constituição Federal no seu artigo 207, que diz "as universidades gozam de autonomia didático científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão".

Diz também a nossa Constituição Estadual em seu artigo 180 "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e ao da integração entre os níveis de ensino.

O ano passado esta Casa aprovou a extinção das fundações, transformando-as em autarquias e neste momento, quando se discute de fato a preocupação com a miséria pela qual vivem os trabalhadores do serviço público, por não terem uma política salarial digna, se faz tremenda maracutaia embutido dentro deste projeto de reajuste a perspectiva de se tirar ainda mais esta autonomia que é própria das universidades públicas deste Estado.

Já dizia, em outras oportunidades, desta tribuna que nós levantávamos no governo passado a preocupação da interferência do Estado nas Universidades do Estado do Paraná. Naquela época éramos criticados. Hoje está se vendo que pretende-se parar com o direito administrativo que se pretende castrar o direito administrativo destas universidades.

Queremos com isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, registrar nesta Casa que o nosso voto ontem e da Deputada Emília Belinati se dava como parecer favorável porque nós acreditávamos na forma como foi

encaminhada pelo governo, de que a pressa era relativa a confecção e o pagamento dos funcionários neste mês, mas jamais estávamos concordando com o dispositivo vergonhoso desta natureza, porque há pouco tempo também fomos pegos pela confiança, fomos pegos de surpresa nesta Casa, quando se tirava o direito dos servidores incorporarem após um período "X" trabalhado os seus cargos comissionados em termos de aposentadoria.

Por isso a bancada do PDT não há de fechar e tenho certeza que a maioria dos Deputados desta Casa, não hão de fechar com esta proposta embutida ardilosamente com o objetivo de tirar o direito constitucional das nossas universidades. Temos certeza que esta Casa há de protestar contra este tipo de atitude que nós lamentamos profundamente. Está errado e o que está errado deve ser discutido, isso nós temos falado frequentemente e nós estamos vendo aí um processo posto em termos das escolas públicas virou uma novela, o governo quer pela imposição derrubar lei deste Poder. O Judiciário reconhece o direito deste Poder e ontem concedeu mais uma liminar condenando o processo de escolha através de resolução numa verdadeira demonstração de medo da democracia. Há erros na lei, vamos corrigi-la neste plenário, mas não vir com a farsa da democracia de gabinete que quer impor a este Parlamento, quer tirar deste Parlamento o direito que é próprio dele. Está aí, mas está aí mais um reconhecimento que este Poder merece respeito quando o Governo do Estado não consegue realizar as eleições para as escolas públicas do Paraná que estão já se transformando em novela. Não estão conseguindo porque querem pela imposição garantir a indicação dos diretores. Querem pela imposição tirar a autonomia da gestão democrática que a própria Constituição garante. Isto tudo é tremendamente lamentável.

Por quê? Porque os servidores também já perderam, por imposição do Governo do Estado, perderam a sua data-base, perderam o direito de discutir as suas vidas salariais e hoje nós estamos assistindo, lamentavelmente, quando se vê totalmente defasada a vida financeira dos trabalhadores do serviço público, proposta dessa natureza. Nós nos envergonhamos porque lamentamos profundamente toda vez que se discute salário do trabalhador do serviço público ou se alega o problema da seca que assola o Estado ou se alega o problema da chuva que complica a vida desses servidores. E sempre esta falação. Sai Governo, entra Governo e é este tipo de postura. Então nós temos, enquanto servidores públicos e aqui me vejo assim, nós temos que garantir a discussão para que essas

categorias tenham uma política salarial de finida. Isto não vem acontecendo. Há a promessa. Aumento dos servidores com a implantação desse fundo que está se propondo em lugar do IPE. E neste momento nós vemos imposto disfarçadamente e não é com o nosso apoio, disfarçadamente imposto desta centralização e disfarçadamente se embute aqui dentro também as autarquias, aproveitando o momento em que se discute uma proposta salarial aquém do que esperavam os servidores e sabendo que falando em salário esta Casa se preocuparia, nós vemos embutido este tipo de farsa e isto não pode acontecer. Isto nós temos que protestar e porque esta Casa tem que lutar pela preservação, pela garantia, porque nós somos fiscais, pela garantia do cumprimento das leis e neste momento a nossa preocupação neste artigo 12 da mensagem que diz sobre o reajuste dos servidores, nós queremos que a própria Liderança do Governo há de se sensibilizar com o que aqui está posto, porque nós feriríamos, com certeza, os preceitos constitucionais e esta Casa não poderá se somar a este tipo de postura, esta Casa não poderá se somar, como não se somou a Comissão de Constituição e Justiça quando se discutia a interferência de autonomia de um poder em outro poder. Lá vetou a Comissão de Constituição e Justiça a ingerência na autonomia dos poderes. E neste momento eu tenho certeza que este dispositivo que tem a lei, acrescentando as autarquias, há de ser mudado até a votação, até a votação final da mensagem que concede reajuste aos trabalhadores do serviço público. Lamentamos profundamente, porque ontem votamos confiantes de que nesta mensagem não vinha, não se trazia qualquer montagem que contrariasse os princípios constitucionais, que contrariassem os direitos das Universidades e de qualquer entidade de trabalhadores deste Estado. Por isso, fica aqui registrado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso protesto e a nossa não participação nesse tipo de falcatura que simplesmente vai atingir as já falidas universidades públicas desse Estado, as nossas universidades estaduais que estão caminhando capenga das pernas, como também caminhando capenga das pernas estão as escolas públicas de 1º e 2º graus. É a nossa preocupação, é o nosso alerta e a nossa vontade que essa Casa analise friamente, conscientemente o que está embutido no artigo 12. O que está embutido no artigo 12, que é a alteração da Lei 8.485. Não podemos permitir em hipótese alguma que se passe por cima de um direito maior, não podemos permitir em hipótese alguma que se roube o direito desses trabalhadores e dessas universidades que nada mais fazem que atender aos anseios da sociedade paranaense e da socie-

dade brasileira. Têm falhas dentro das universidades, vamos lá verificar, vamos corrigi-las, mas não vamos criticá-las ou condená-las como se fez em épocas passadas.

Por isso queremos mais uma vez frisar que a Bancada do PDT protesta contra esse tipo de atitude, protesta contra essa disposição que se encontra aqui no artigo 12, aproveitando o momento em que se discute a política salarial dos servidores públicos do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) Está em votação.

O SR. DR. ROSINHA (Para Discutir)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o nosso país está vivendo uma crise séria política, econômica e uma crise moral, onde a população, na grande parte, não acredita na maioria dos nossos governantes e essa população tem razão em não acreditar nesses governantes, porque na sua grande maioria, mentem para a população e isso nós podemos constatar em relação à administração Pública do Paraná e o senhor Governador Roberto Requião.

Quero aqui levantar alguns pontos onde prova a mentira que o governador está impondo e espalhando na sociedade. A primeira delas é dizer que: "atendendo às reivindicações da categoria, o governo do Paraná decidiu dar um reajuste diferenciado aos trabalhadores do serviço público estadual". Eu digo que é mentira, porque o governador não sentou em momento nenhum com nenhuma das entidades sindicais dos servidores públicos estaduais para qualquer tipo de negociação e mentindo a quem não está acompanhando de perto, ele coloca como sendo uma grande verdade e a verdade é única dele, porque os trabalhadores do serviço público, desde que Roberto Requião assumiu, não foram recebidos em nenhuma negociação de perdas salariais ou para discutir os direitos desses trabalhadores.

Uma outra mentira divulgada pelo governador, via imprensa, é dizer que "dentro do Quadro Geral dos servidores públicos, o menor vencimento passará a ser de duzentos e cinquenta e cinco mil". Aqui ele mente duas vezes. Se o menor vencimento passa a ser duzentos e cinquenta e cinco mil, dias atrás ele declarou na imprensa que o menor salário era de trezentos e cinquenta mil, quando se discutia um salário-mínimo de duzentos e oitenta mil.

Ele disse que o Paraná poderia pagar 280 mil, porque aqui já o menor salário era de 350, declarou isso no Jornal do Brasil.

Então mentiu naquela ocasião. E agora dando 50%, o menor salário é de 255, conforme diz ele. Mas se pegarmos as tabelas

que foram publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa mostra que o menor salário não é esse de 255 mil; o menor salário ainda existe e é de 191 mil para os vencimentos básicos de 30 horas semanais dos trabalhadores do Quadro Geral CLT do Poder Executivo. Os trabalhadores do padrão A, 191.838,32; do padrão B, 211.022,15. Se formos verificar outras tabelas notaremos também que no quadro próprio do Magistério, que diz que educação é prioridade, a referência I, com salário de 216.513,82.

Mentiu dias atrás no Jornal do Brasil e mente agora à população.

E aí vão dizer os Srs. Deputados, o Sr. Governador, que não tem ninguém aí nessa categoria. Tem sim. E recentemente foi feita uma contratação de trabalhadores. E a ascensão de quadro funcional se dá de dois em dois anos, e não de ano em ano. E faz menos de um ano que houve contratação. E tem sim, porque teve concurso público feito recentemente para contratação de pessoal. Então, existe gente no padrão I no nível I, dos servidores do Estado.

Mentiu ao dizer que não recebia e continua mentindo. E vão dizer que não vai receber menor que salário-mínimo, que vai dar abono. Sim, é obrigado por lei dar abono. Só que abono, e se um trabalhador desses morrer, a pensionista não recebe abono, só tem o salário básico e fica correndo atrás do salário-mínimo.

Diz o Sr. Governador que o parcelamento se fez necessário porque as despesas com a folha de pagamento não devem ultrapassar 65%.

O dispositivo da Constituição Federal que garante que não deve passar a 65, como vários outros dispositivos, não foram regulamentados. E enquanto não regulamentado, inúmeros administradores têm superado isso num ano ou no outro, porque não significa que se em um mês passar, nos outros doze meses do ano não devem compensar.

E se não compensarmos outros doze meses do ano, são ainda os quatro anos de gestão para se compensar. Portanto, pode-se ultrapassar, sim, os 65%, desde que se organize um planejamento compensatório anual, ou no quadriênio que estiver administrando. E isso o Governador não demonstrou nenhuma vontade de fazer até o momento.

E mente o Governador, via imprensa, quando diz que só este ano concedeu um reajuste médio de 290%.

Sr. Governador, Srs. Deputados, o que foi feito em janeiro foi uma diminuição das perdas salariais do ano passado. Não houve reajuste de salário. Diminuíram-se perdas. Ganhos salariais há muito tempo que os servidores públicos do Estado não

têm. Pelo menos nas gestões do PMDB, que eu saiba, não têm tido; do Álvaro Dias, nenhuma.

Portanto, ele mente ao dizer que teve 290%. O que teve, foi 30% em abril e 50% agora, desdobrados em duas vezes, o que dá um total de 80%, com uma inflação que já supera em muito casa dos 100%, já beirando os 200% ou mais.

Portanto, é uma mentira atrás da outra. E dizem os nossos governantes que nunca podem repor perda de gestões passadas. A perda do trabalhador não pode repor? Mas dívida com banqueiro, com empreiteira, sempre pagou! Como é que tem dinheiro para pagar dívida de empreiteira? Como é que tem dinheiro para pagar dívida para banqueiro? E não tem dinheiro para pagar dívida social, dos trabalhadores do serviço público? Isso nunca tem!

Então, vemos que é deboche ou está a serviço de algum setor da sociedade. E se prova que está a serviço específico destes setores da sociedade.

E, por último, o que diz respeito ao artigo 12. Para nós é fundamental que se mantenha a autonomia das universidades. O Sr. Governador Roberto Requião, não é novidade a ninguém, é um ditador. É autoritário. Tem medo de debate. Tem medo de discussão democrática. Quer ver tudo centralizado em sua mão e colocando todos os seus Secretários como capachos. E como as universidades têm autonomia, ele deseja ter sob sua mão, sob sua rédea e seu chicote, os reitores das universidades. Isso nós não admitiremos! Isso não aceitamos! A autonomia das universidades diz respeito a toda a qualidade de ensino, a toda a qualidade da educação, e o avanço científico-tecnológico depende desta autonomia.

Não é sob a tutela de autoritários, não é sob tutela de ditadores que a ciência tem avançado. Provou isso no mundo todo. Quando assume algum ditador, há retrocesso na educação, há retrocesso na ciência, há retrocesso na tecnologia. E não tem avanço científico nenhum!

E esse governante, autoritário que é, quer ter sob sua tutela as universidades. E temos certeza de que isso será retrocesso para o nosso Estado, será retrocesso na educação.

Portanto, nós do PT nos colocamos contrários a tal projeto, desde hoje, votamos contrários ao fim da independência das universidades, ao fim, ao colocar as universidades sob a tutela do Sr. Governador. Queremos dizer que pelos servidores somos favoráveis não a este pequeno e mínimo percentual que está colocado, mas sim a reposição das perdas que as administrações Roberto Requião e Álvaro Dias e outros têm ainda com os servidores. São dívidas que eles não pagaram! Enquanto pagam as divi-

das de banco.

Portanto, somos contrários ao achatamento salarial! Somos contrários ao autoritarismo e a não negociar salários! Somos contrários à mentira do Sr. Governador! E somos favoráveis à autonomia e independência das universidades. Por isso, votamos contrariamente ao projeto ora em discussão.

0 SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei nº 182/92, conservem-se como estão. Aprovado.

0 SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, apenas para registrar a posição da Bancada do PT, contrária ao artigo 12. Favorável ao reajuste, mas contrária ao que estabelece o artigo 12, quando entra na questão das autarquias, desrespeitando a autonomia universitária.

0 SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está Aprovado o projeto.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/92, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem nº 49/92, que objetiva conceder aos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, reajuste de 60% (sessenta por cento), em duas parcelas, sendo 30% (trinta por cento) a partir de 01.06.92 e 30% (trinta por cento) a partir de 01.07.92, calculados sobre os valores de maio. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 88, de 16.06.92, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 183/92

P A R E C E R:

Somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 183/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo, através da Mensagem nº 49/92, tem por finalidade conceder aos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, reajuste de 60% (sessenta por cento), em duas parcelas, sendo 30% (trinta por cento) a partir de 01.06.92 e 30% (trinta por cento) a partir de 01.07.92, calculados sobre os valores de maio.

A medida proposta recebeu parecer favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Fi-

nanças manifesta-se favoravelmente à aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI
Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 184/92, de autoria da PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA, dispõe sobre reajustes dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela CLT, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 184/92
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em Comissão, e as funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça, vigentes em maio de 1992, ficam reajustados conforme o disposto abaixo:

I - a partir de 1º de junho de 1992, na forma das Tabelas que constituem o Anexo I, desta Lei;

II - a partir de 1º de julho de 1992, na forma das Tabelas que constituem o Anexo II, desta Lei.

Art. 2º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para Cr\$ 1.341,00 (um mil, trezentos e quarenta e um cruzeiros), a partir de 1º de junho de 1992; e em Cr\$ 1.609,00 (um mil, seiscentos e nove cruzeiros), a partir de 1º de julho de 1992, e o valor das Pensões especiais para Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), em 1º de julho de 1992 e para Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros), em 1º de julho de 1992.

Art. 3º - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete ficam reajustados conforme o disposto abaixo:

I - a partir de 1º de junho de 1992, em 25% (vinte e cinco por cento) sobre os valores vigentes em maio de 1992; e,

II - a partir de 1º de julho de 1992, em 50% (cinquenta por cento) sobre os valores vigentes em maio de 1992.

Art. 4º - O valor da Gratificação de Produtividade fica fixado em Cr\$ 41.802,00 (quarenta e um mil, oitocentos e dois cruzeiros) a partir de 1º de junho de 1992

zeiros) a partir de 1° de junho de 1992 e em Cr\$ 50.162,00 (cinquenta mil, cento e sessenta e dois mil cruzeiros) a partir de 1° de julho de 1992.

Art. 5° - A despesa decorrente da execução desta lei, correrá à conta da dotação orçamentária da Administração dos Ser-

Curitiba, quarta, em 17.06.92

viços do Ministério Público.

Art. 6° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no artigo 1°, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.06.92.

(a) PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

ANEXO I - A GOS DE REFERE A LEI Nº

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

TABELA 1

VIGENCIA: JUNHO DE 1.992

INTU/REF	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z	AA	AB	AC	AD	AE	AF	AG	AH	AI	AJ	AK	AL	AM	AN	AO	AP	AQ	AR	AS	AT	AU	AV	AW	AX	AY	AZ	BA	BB	BC	BD	BE	BF	BG	BH	BI	BJ	BK	BL	BM	BN	BO	BP	BQ	BR	BS	BT	BU	BV	BW	BX	BY	BZ	CA	CB	CC	CD	CE	CF	CG	CH	CI	CJ	CK	CL	CM	CN	CO	CP	CQ	CR	CS	CT	CU	CV	CW	CX	CY	CZ	DA	DB	DC	DD	DE	DF	DG	DH	DI	DJ	DK	DL	DM	DN	DO	DP	DQ	DR	DS	DT	DU	DV	DW	DX	DY	DZ	EA	EB	EC	ED	EE	EF	EG	EH	EI	EJ	EK	EL	EM	EN	EO	EP	EQ	ER	ES	ET	EU	EV	EW	EX	EY	EZ	FA	FB	FC	FD	FE	FF	FG	FH	FI	FJ	FK	FL	FM	FN	FO	FP	FQ	FR	FS	FT	FU	FV	FW	FX	FY	FZ	GA	GB	GC	GD	GE	GF	GG	GH	GI	GJ	GK	GL	GM	GN	GO	GP	GQ	GR	GS	GT	GU	GV	GW	GX	GY	GZ	HA	HB	HC	HD	HE	HF	HG	HH	HI	HJ	HK	HL	HM	HN	HO	HP	HQ	HR	HS	HT	HU	HV	HW	HX	HY	HZ	IA	IB	IC	ID	IE	IF	IG	IH	II	IJ	IK	IL	IM	IN	IO	IP	IQ	IR	IS	IT	IU	IV	IW	IX	IY	IZ	JA	JB	JC	JD	JE	JF	JG	JH	JI	IJ	JK	KL	KM	KN	KO	KP	KQ	KR	KS	KT	KU	KV	KW	KX	KY	KZ	LA	LB	LC	LD	LE	LF	LG	LH	LI	LJ	LK	LM	LN	LO	LP	LQ	LR	LS	LT	LU	LV	LW	LX	LY	LZ	MA	MB	MC	MD	ME	MF	MG	MH	MI	MJ	MK	ML	MM	MN	MO	MP	MQ	MR	MS	MT	MU	MV	MW	MX	MY	MZ	NA	NB	NC	ND	NE	NF	NG	NH	NI	NJ	NK	NL	NM	NN	NO	NP	NQ	NR	NS	NT	NU	NV	NW	NX	NY	NZ	OA	OB	OC	OD	OE	OF	OG	OH	OI	OJ	OK	OL	OM	ON	OO	OP	OQ	OR	OS	OT	OU	OV	OW	OX	OY	OZ	PA	PB	PC	PD	PE	PF	PG	PH	PI	PJ	PK	PL	PM	PN	PO	PP	PQ	PR	PS	PT	PU	PV	PW	PX	PY	PZ	QA	QB	QC	QD	QE	QF	QG	QH	QI	QJ	QK	QL	QM	QN	QO	QP	QQ	QR	QS	QT	QU	QV	QW	QX	QY	QZ	RA	RB	RC	RD	RE	RF	RG	RH	RI	RJ	RK	RL	RM	RN	RO	RP	RQ	RR	RS	RT	RU	RV	RW	RX	RY	RZ	SA	SB	SC	SD	SE	SF	SG	SH	SI	SJ	SK	SL	SM	SN	SO	SP	SQ	SR	SS	ST	SU	SV	SW	SX	SY	SZ	TA	TB	TC	TD	TE	TF	TG	TH	TI	TJ	TK	TL	TM	TN	TO	TP	TQ	TR	TS	TT	TU	TV	TW	TX	TY	TZ	UA	UB	UC	UD	UE	UF	UG	UH	UI	UJ	UK	UL	UM	UN	UO	UP	UQ	UR	US	UT	UU	UV	UW	UX	UY	UZ	VA	VB	VC	VD	VE	VF	VG	VH	VI	VJ	VK	VL	VM	VN	VO	VP	VQ	VR	VS	VT	VU	VV	VW	VX	VY	VZ	WA	WB	WC	WD	WE	WF	WG	WH	WI	WJ	WK	WL	WM	WN	WO	WP	WQ	WR	WS	WT	WU	WV	WW	WX	WY	WZ	XA	XB	XC	XD	XE	XF	XG	XH	XI	XJ	XK	XL	XM	XN	XO	XP	XQ	XR	XS	XT	XU	XV	XW	XX	XY	XZ	YA	YB	YC	YD	YE	YF	YG	YH	YI	YJ	YK	YL	YM	YN	YO	YP	YQ	YR	YS	YT	YU	YV	YW	YX	YY	YZ	ZA	ZB	ZC	ZD	ZE	ZF	ZG	ZH	ZI	ZJ	ZK	ZL	ZM	ZN	ZO	ZP	ZQ	ZR	ZS	ZT	ZU	ZV	ZW	ZX	ZY	ZZ
----------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

TABELA II

VIG. 06/92

CARGOS EM COMISSÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A - CARGOS DE DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR

SÍMBOLO DAS-1.....	1.017.137,49
SÍMBOLO DAS-2.....	931.736,67
SÍMBOLO DAS-3.....	858.824,51
SÍMBOLO DAS-4.....	759.666,70
SÍMBOLO DAS-5.....	684.384,28

B - CARGOS EM COMISSÃO

SÍMBOLO 1-C.....	441.651,60
SÍMBOLO 2-C.....	407.896,64
SÍMBOLO 3-C.....	376.532,18
SÍMBOLO 4-C.....	347.794,56
SÍMBOLO 5-C.....	326.926,89
SÍMBOLO 6-C.....	307.311,28
SÍMBOLO 7-C.....	288.872,60
SÍMBOLO 8-C.....	271.540,24
SÍMBOLO 9-C.....	255.247,83
SÍMBOLO 10-C.....	239.932,96
SÍMBOLO 11-C.....	227.936,31
SÍMBOLO 12-C.....	216.539,50
SÍMBOLO 13-C.....	205.712,52
SÍMBOLO 14-C.....	195.428,90
SÍMBOLO 15-C.....	185.655,55

TABELA III

FUNÇÃO GRATIFICADA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SÍMBOLO 1-F.....	25.328,18
SÍMBOLO 2-F.....	21.227,20
SÍMBOLO 3-F.....	19.234,14
SÍMBOLO 4-F.....	15.512,21
SÍMBOLO 5-F.....	14.111,07
SÍMBOLO 6-F.....	11.673,23
SÍMBOLO 7-F.....	8.111,11
SÍMBOLO 8-F.....	7.151,11
SÍMBOLO 9-F.....	6.111,11
SÍMBOLO 10-F.....	5.111,11

ANEXO II A QUE SE REFERE A LEI Nº.

MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

TABELA I

VIÇENCIA: JULHO DE 1992

INTV/REF	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L
01	316.428,61	1.369.085,75	1.423.849,18	1.460.803,15	1.540.055,28	1.601.636,49	1.665.702,16	1.732.330,24	1.801.623,45	1.873.688,39	1.948.635,93
02	1.146.014,82	1.165.935,43	1.241.692,94	1.294.366,52	1.345.014,96	1.396.735,58	1.452.605,00	1.510.709,20	1.571.137,57	1.633.983,07	1.699.342,46
03	978.249,44	1.017.379,42	1.058.074,59	1.100.397,58	1.144.413,48	1.190.190,02	1.237.797,62	1.287.309,52	1.338.801,91	1.392.353,18	1.448.048,14
04	842.097,63	875.781,54	910.812,80	947.245,61	985.125,12	1.024.540,53	1.065.582,15	1.108.143,04	1.152.468,76	1.198.567,11	1.246.515,21
05	736.598,27	773.429,24	812.100,70	851.705,75	893.341,02	940.102,07	987.113,47	1.036.469,15	1.088.292,60	1.142.707,23	1.199.842,60
06	678.446,75	712.569,08	747.987,54	785.366,91	824.656,26	865.889,07	909.183,53	954.642,70	1.002.374,84	1.052.493,58	1.105.118,26
07	620.294,10	651.308,81	683.874,25	719.067,96	753.971,36	791.659,93	831.253,42	872.816,09	916.456,90	962.279,75	1.010.393,73
08	562.141,59	598.248,67	619.761,10	650.749,16	683.286,62	717.450,95	753.323,50	790.989,67	830.539,15	872.066,11	915.659,42
09	542.757,48	565.895,36	590.390,18	620.509,63	655.725,11	692.711,37	727.346,93	763.714,26	801.900,00	841.955,60	884.094,75
10	503.989,01	525.188,46	555.647,88	583.480,27	612.601,75	645.231,88	675.393,47	709.163,14	744.621,30	781.852,17	820.777,17
11	445.836,41	468.128,23	491.534,64	516.111,37	541.916,94	569.012,78	597.463,42	627.336,59	658.753,42	691.616,19	725.927,12
12	387.677,36	407.061,22	427.414,28	448.785,00	471.224,25	494.785,46	519.524,73	545.500,97	572.776,02	601.414,32	631.485,56

TABELA II

VI6.07/92

CARGOS EM COMISSÃO DO MINISTERIO PUBLICO

A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

SIMBOLO DAS-1	1.220.564,99
SIMBOLO DAS-2	1.118.084,01
SIMBOLO DAS-3	1.030.589,41
SIMBOLO DAS-4	911.600,04
SIMBOLO DAS-5	821.261,13

B - CARGOS EM COMISSÃO

SIMBOLO 1-C	529.994,01
SIMBOLO 2-C	489.475,97
SIMBOLO 3-C	451.838,61
SIMBOLO 4-C	417.353,48
SIMBOLO 5-C	392.312,27
SIMBOLO 6-C	368.773,53
SIMBOLO 7-C	346.647,12
SIMBOLO 8-C	325.848,29
SIMBOLO 9-C	306.297,40
SIMBOLO 10-C	287.919,55
SIMBOLO 11-C	273.523,57
SIMBOLO 12-C	259.847,40
SIMBOLO 13-C	246.855,03
SIMBOLO 14-C	234.512,27
SIMBOLO 15-C	222.786,66

TABELA III

FUNCAO GRATIFICADA DO MINISTERIO PUBLICO

SIMBOLO 1-F	30.994,01
SIMBOLO 2-F	26.311,01
SIMBOLO 3-F	23.201,01
SIMBOLO 4-F	18.623,37
SIMBOLO 5-F	17.020,04
SIMBOLO 6-F	13.893,81
SIMBOLO 7-F	10.788,47
SIMBOLO 8-F	9.311,92
SIMBOLO 9-F	7.602,01
SIMBOLO 10-F	6.164,24

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 183/92

PARECER:

Somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 184/92

PARECER:

De autoria da Procuradoria Geral de Justiça, o Projeto de Lei em tela visa reajustar os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela CLT, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça.

A presente proposta foi analisada pela

Comissão de Constituição e Justiça, que em seu parecer manifestou-se favoravelmente à sua aprovação.

Assim sendo, esta Comissão segue o mesmo entendimento da Comissão supracitada, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Presidente e Relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de nº 1011, de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1023, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1027 a 1034, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. - **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) Sr. Presidente, todos pedem regime de urgência?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Todos.

O DR. ROSINHA - Nós gostaríamos de saber sobre o que versa cada um deles.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Projeto de Lei nº 177/92, cessão de imóvel. - **Aprovado.**

176/92 - aprova abertura de crédito especial. - **Aprovado.**

168/92 - abre crédito suplementar - **Aprovado.**

158/92 - autoriza doação ao município de Cascavel. - **Aprovado.**

159/92 - crédito suplementar - **Aprovado.**

157/92 - abertura de crédito suplementar. - **Aprovado.**

156/92 - crédito suplementar. - **Aprovado.**

130/92 - estabelece normas legais para o funcionamento de cantinas comerciais. - **Aprovado.**

Requerimento de nº 1010, de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1012 e 1013, de autoria do Sr. Deputado Eurides Moura, constantes do expediente. - **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1014, de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1015 e 1036, de autoria do Sr. Deputado João Arruda,

Curitiba, quarta, em 17.06.92

constante do expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1016 de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1017 e 1018, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. - **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1019, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1024 e 1035, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. - **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1026, de autoria dos Srs. Deputados Rafael Greca de Macedo, Emilia Belinati, Algaci Túlio e demais Srs. Deputados, constante do expediente. - **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 992, de autoria dos Srs. Deputados Algaci Túlio, Paulo Maia, Albino Corazza e demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior. - Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, no dia de hoje, através da nossa assessoria, mantivemos contato com algumas pessoas da cidade de Planalto. E a informação que nos foi passada à cerca do episódio envolvendo o vereador Squiba é de que havia suspensão sobre alguns documentos por ele apresentado com relação ao internamento do rapaz mencionado no dia de ontem pelos Deputados Dr. Rosinha, Rafael Greca, Paulo Maia e Deputado Albino Corazza de que quando era travada uma discussão entre ele e o juiz da Comarca houve entre ambos um desentendimento que caracterizou-se no entendimento do magistrado um desacato à autoridade.

Como já disse na tarde de ontem, como não conhecemos na profundidade essa questão e pelas informações que obtivemos hoje de que o que ocorreu com o vereador foi mais em função do seu desentendimento com o juiz da Comarca e este entendendo que havia sido desrespeitado pelo vereador municipal entendeu determinar a sua prisão por desacato à autoridade.

Por esta razão Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu não vejo por que nós teríamos que dar apoio, dar solidariedade a esse episódio, primeiro porque não conhecemos todos os acontecimentos que levaram a essa prisão. E queremos acreditar que o juiz de direito não iria exorbitar da sua autoridade determinando a prisão desse cidadão, desse vereador Alvaro Squiba se não houve motivos e razões para tal.

Então, nesta linha de pensamento nós recomendamos aos nossos companheiros que não aprovamos este requerimento e, mais do que isso, faço uma solicitação à bancada do PDT que apresenta o requerimento que transfira sua votação, que retire temporariamente até que possamos ter melhores informações a respeito do assunto, porque com a que possuímos no dia de hoje, são pouco mais do que possuíamos no dia de ontem não nos resta outra alternativa senão não darmos apoio a este requerimento, não darmos essa solidariedade porque entendemos que não há merecimento para tal em cima daquilo que conhecemos.

Nesse sentido eu solicito à bancada do PDT que retire o requerimento ou que transfira sua votação para outra oportunidade até que nos possamos ter mais clareza para deliberarmos sobre o assunto. Em cima das informações que temos hoje, nós, se mantido o requerimento à Mesa nós votaremos contrariamente ao requerimento, digo, ao voto de solidariedade.

Muito obrigado.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É óbvio que a lidebrança do governo faz também em cima de uma informação a sua arguição. Nós fazemos em cima do princípio democrático. Álvaro Squiba não é amigo do rei e, obviamente, aos não amigos do rei faltam provas e ele deve permanecer na cadeia. Aos amigos do rei a prisão não deve ser efetuada até que se comprove.

Então, num momento desses nós acreditamos que o que estamos fazendo na bancada do PDT está se fazendo nesse instante é procurar até, como entendemos autoritarismo, retornem em cima da sociedade brasileira.

Obviamente que nós condenaremos qualquer tipo de prisão arbitrária como aí está posta. Há mais de uma semana que este cidadão, não queremos dizer nem do professor, nem tão pouco do vereador, este cidadão está detido. Que acato de abuso de autoridade deve ter ocorrido lá?

Mas nós vamos pedir, para que possamos trazer mais dados a esta Casa, nós queremos requerer à Mesa um adiamento para uma próxima sessão da votação do referido requerimento, não para retirá-lo, mas nós submeteremos, posteriormente, a Plenário, porque temos certeza que esta Casa há de coibir há de condenar este retorno de AI5 à sociedade paranaense. O Paraná tem que ser exemplo, AI5 não se implanta, e quando se prende o cidadão que tem curso universitário ele tem que, pelo menos, receber um tratamento digno dentro da prisão onde se encontra. Não se comete ato vergonhoso como este que está se fazendo. Agora merece de fato esclarecimento e nós o faremos.

Por isso, requeremos, em nome da Bancada, que V.Exa. adie a votação do referido requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE: - (Anibal Khury) - Adiado o requerimento até que se esclareçam os fatos.

Requerimentos de n° 993, 996, 994, 995, de autoria dos Srs. Deputados Paulo Maia, Albino Corazza, Cezar Silvestri e demais Srs. Deputados, constantes do expediente de sessão anterior.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O Poder Executivo terá 30 dias para responder os pedidos de informações.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 136/92 - 182/92 - 183/92 - 184/92.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°160/92

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DOS SRS. DEPUTADOS RAFAEL GRECA DE MACEDO, EMILIA BELINATI, ALGACI TOLIO, ALBINO CORAZZA, CEZAR SILVESTRI E PAULO MAIA.

"De Plácido e Silva - centenário de nascimento".

"Ditosa pátria que tais filhos teve" (Camões).

Deodoro, estado de Alagoas, a 18 de junho de 1892, filho de Senhorinha Plácido e seu marido Francisco Manoel da Silva, nascia Oscar Joseph de Plácido e Silva.

Aos nove anos seguia para Maceió, como interno no seminário onde seu irmão exercia a Reitoria. Coursou o ginásio e mais tarde foi diplomado, obtendo o título de bacharel em Ciências e Letras. Já nessa época sua personalidade pendia para as letras e para o jornalismo. Assim foi, que seu primeiro artigo havia sido publicado no "Correio de Maceió", quando ainda tinha 12 anos.

Nessa tenra idade, Plácido e Silva aparecia como colaborador do "Jornal de Alagoas". Tendo a seu lado figuras nacionais como Jackson de Figueiredo, Correa Junior e Jorge Lima, fundou nessa época os "Jornais Estudantil" e "Ilustração".

Em 1910, portanto, com 18 anos, inicia-se no magistério, lecionando no Colé-

gio "Atheneu Alagoano" e mais tarde no Colégio "11 de Janeiro", do professor Higino Belo. Com seu irmão João Alfredo Silva, fundou o Curso de Comércio, da Associação dos Empregados do Comércio, onde lecionava Direito Comercial.

Aos vinte anos, seguindo o exemplo de tantos jovens do Norte, vem ao Sul, chegando a Curitiba em 1912, ano em que germinava a semente do historiador Rocha Pombo, que desde 1909 pretendia a instalação de cursos universitários no Paraná.

De fato, a 19 de dezembro daquele ano, homens progressistas e denotados como Daltro Filho, Flávio Luz, Benjamim Lins d'Albuquerque, Vitor do Amaral, entre outros, tendo à frente a inabalável força de vontade de Nilo Cairo, estruturaram esse monumento de cultura continental que é hoje a Universidade do Paraná, a primeira do Brasil.

Plácido e Silva foi o primeiro aluno matriculado, tornando-se o primeiro estudante universitário do Brasil. Inscreveu-se no Curso de Direito, que melhor se adaptava aos seus pendores para as letras e ao jornalismo, embora seu desejo de infância tivesse sido a Engenharia. Na mesma ocasião foi convidado e de imediato assumiu a secretaria da universidade.

Dessa forma, figura ele como um dos fundadores, que juntamente com seus mestres, por certo lembraram do desejo de Jefferson, que exigia fossem olvidados os mais expressivos títulos e benemerências, para que em sua laje tumular figurasse, singelamente: "Fundador de uma universidade". Plácido e Silva foi sem dúvida uma das colunas altivas e hercúleas que souberam erguer e sustentar desde as primeiras décadas de nosso século, a mais antiga das universidades brasileiras.

Mais tarde, professor emérito, passou por várias cátedras, formando centenas de ilustres juristas, alguns ainda entre nós, que com saudades relembram seus notáveis ensinamentos. Pioneiro entre os pioneiros, jamais descansou, como paranista insigne plantou pinheiros na terra que adotou como definitiva morada da promessa divina, seguindo o exemplo de Rui - "plantar o carvalho para dar sombra às gerações futuras". O professor Plácido e Silva semeou as árvores da terra. Semeou-as altas e em profusão, por toda nossa cidade, por todo o estado, para benefício do Brasil inteiro, inclusive de sua distante, bela e orgulhosa terra natal, tão diferente dos planaltos verdes e gélidos das latitudes sulinas; tão diverso dos horizontes tropicais no Nordeste, com seus rosários de palmeiras rendilhando nos mares.

Homem que se amoldou com rara precisão ao conceito de "paranista", neologismo criado por Romário Martins para indigitar

o brasileiro vindo de outras fronteiras regionais, mas adaptado e radicado ao clima social de nossa terra e gente, por eles de família, trabalho, realizações ou de amizade leal e indestrutível. Já trazia a destinação de permanecer e criar raízes.

Seguindo o pensamento de Luthero de que "a criação de uma faculdade vale por um ato de império", juntamente com seu irmão (mais uma vez) e com Avelino Lopes, fundou a Escola Prática de Comércio "Avalfred", depois denominada Escola Técnica de Comércio "De Plácido e Silva" e hoje Faculdade De Plácido e Silva. Foi também fundador da Faculdade de Filosofia, hoje integrante da Universidade. Na oportunidade regia a Cadeira Finanças no Curso de Ciências Sociais e Direito Comercial no Curso de Direito.

Em 1937, fundou a Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná, onde ocupava a cadeira de Direito Comercial e de Direito Internacional Comercial e Câmbios. Foi ainda fundador da Faculdade de Direito de Curitiba, onde lecionava Direito Comercial.

Sua vontade de transmitir conhecimentos não parava nas salas de aula. Sua bibliografia é enorme na área do Direito: "Comentários ao Código de Processo Civil", "Tratado do Mandato", "Noções de Finanças" e outras várias, com edições espalhadas por todo o Brasil. Foi ainda dicionarista, além de palmilhar também na literatura, com "Histórias de Macambira", uma coletânea de contos; e o romance "Ódios da Cidade".

Nas páginas imortalizadas da "República", o príncipe dos oradores latinos, Marco Túlio Cícero, ditou a exclamação - "se Roma existe é pela história de seus homens", e este foi um homem que fez história.

Plácido e Silva ainda muito tinha o que mostrar. A Editora Guaíra, também fundada por ele ali perto da Rua Prudente de Moraes, onde hoje localiza-se a Travessa dos Editores, divulgou belíssimas obras literárias paranaenses, como as de Romário Martins; autores brasileiros do porte de Joel da Silveira, ou obras internacionais, como a trilogia de John do Passos.

Fascinado pelo jornalismo, Plácido e Silva logo ao chegar a Curitiba, convidado por Caio Machado e Raul Gomes, participa como repórter do jornal "A Noite", onde mais tarde tornou-se redator-secretário.

Sua notoriedade como jornalista veio mesmo com a "Gazeta do Povo". Além das lições que professou, fez da cátedra ilustrada, durante quarenta e três anos, outra tribuna de ensino e divulgação de idéias e ideais.

Em 3 de fevereiro de 1919, na Rua Dr.

Curitiba, quarta, em 17.06.92

Muricy, 95, eram instaladas as oficinas e começava a circular o novo diário que faria história. Tendo como diretor outro dos grandes "Bacharéis do Norte", Benjamin Lins, meu avô de saudosa memória, e como secretário, Plácido e Silva. Foram seus companheiros de empreitada: David Carneiro, Altevir Ferreira de Abreu e Alberico Xavier de Miranda, tendo como redatores e colaboradores: Acir Guimarães, Silva Peixoto e Ernani Cartaxo.

A 27 de junho de 1927, Benjamin Lins deixava a direção da "Gazeta do Povo", para dedicar-se exclusivamente à sua próspera banca de advocacia, da qual também fazia parte Plácido e Silva, que então passa a dirigir de forma invulgar, esse diário até 1962. Imprimiu a vigorosa personalidade de que era dotado, para a realização de inúmeras e históricas campanhas da vida paranaense, hoje tarefa que com alento e pertinência vem sendo, desde aquela época, executada de forma brilhante pelo ilustre e competente jornalista Francisco Cunha Pereira Filho.

Na manhã de 16 de janeiro de 1963, o Paraná recebia com tristeza a notícia do passamento de Oscar Joseph de Plácido e Silva. A primeira página do jornal que dirigiu, no dia 17, a ele assim se referia: "Cumpru-se assim o ciclo biológico de um

homem, que sucumbiu ao determinismo fatal e inexorável de todos os seres humanos. Ingressa agora De Plácido e Silva num plano superior, em que a dimensão de sua personalidade será, doravante, sustentada pela grandeza de suas atitudes, pela expressão de suas obras, pelo vigor de seus trabalhos e pelos frutos ótimos de suas realizações".

Aqui, pois, a homenagem à figura ímpar de Oscar Joseph de Plácido e Silva, quando se comemora o centenário de seu nascimento, lembrando o que disse alguém com absoluta propriedade expressional que "quando caminhamos pela vida, é o passado que vai à nossa frente. Essa sombra é a luz que nos guia".

E, que maior elegia poderíamos tecer aos mestres mortos, e que uma oração dirigida aos vivos, de que à imitação de Proust, quando empreender uma viagem sentimental em que busca o tempo transcorrido, é ir buscar o direito do longínquo passado da história.

Ditosos aqueles que se escudam e louvam na história de seus ancestrais e de seus mestres do passado, porque atrás de si há uma porta aberta para fugir ao presente nebuloso, aliviando, na contemplação de venturas que já se foram, o amargo fel que ora lhes trava a boca.